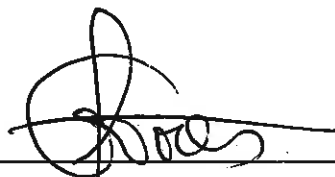


CERTIFICO

- UM – Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original.
- DOIS – Que esta fotocópia foi extraída de um documento arquivado neste Cartório, sob o número cento e sete a instruir escritura lavrada a folhas cento e duas do livro de notas para escrituras diversas número seis, deste Cartório.
- TRÊS – Que ocupa **trinta e quatro** páginas, que as folhas têm aposto o selo branco e estão todas numeradas e por mim rubricadas.
- QUATRO – Gratuito.

Lisboa, 04 de Maio de 2017

A Adjunta,



Sandra Cristina Sousa Gomes dos Reis

(colaboradora devidamente autorizada para a prática deste ato pela Notária Patrícia Rizzo Fernandes, conforme registo e autorização número 255/4 publicada no site da Ordem dos Notários em 18 de Fevereiro de 2013, nos termos do artigo 8.º do Decreto-lei 26/2004 de 04 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Portaria 55/2011 de 28 de Janeiro)

JORGE ESTIMA
Advogado

LV. 6	FLS. 102
Doc. nº 107	FLS. 432/165
11.9.2007	



CERTIFICADO DE TRADUÇÃO

Nos termos do artigo 38º do DL 76-A/2006, de 29 de Março e da Portaria nº 657-B/2006, de 29 de Junho, na redacção introduzida pelo artigo 19º do DL 8/2007, de 17 de Janeiro e nos termos da Portaria nº 657-B/2006, de 29 de Junho, certifico que me foi apresentado um documento – Lei Espanhola que regula as sucessões e respectiva folha de certificação - escrito em língua espanhola, composto de 11 folhas, cuja versão para língua portuguesa é a que consta em anexo.

Mais certifico que a tradução está conforme o original, que foi fielmente traduzido.

Registo nº4345L/108 conforme certificação anexa da Ordem dos Advogados

Lisboa, 2007, Setembro, 04

Cédula profissional nº 4345L

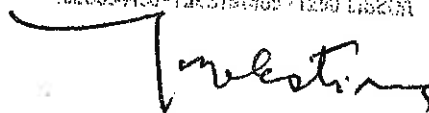
JORGE ESTIMA

ADVOCADO - OMI 4345

Cmt. Nº 114030000 Lisboa - 12.º And.

Rua Alexandre Herculano, 40-2.º Esq.

Tel. 33554433 - Fax 3151405 - 1200 LISBOA



1/33
fE

Consulado Geral de Espanha

nº 32/2006

O Cônsul Geral de Espanha em Lisboa, -----

CERTIFICA: que a lei que regula a Ordem da Sucessão Testamentária vigente no ano corrente consta dos artigos 763 a 773, 806 a 822, 830 a 844, 930 a 955, 1315, 1316, 1344 a 1347, todos inclusive do Código Civil Espanhol em vigor, de que se juntam fotocópias.

Para que conste, para os devidos efeitos e a pedido da parte interessada, emito a presente certidão em Lisboa e no Consulado Geral de Espanha, em 7 de Dezembro de 2006

O Cônsul Geral

Alvaro Sebastián de Erice

2/33
7E
fz

759. O herdeiro ou legatário que morra antes que a condição se cumpra, mesmo que o testador sobreviva, não transmite nenhum direito aos seus herdeiros (121).

760. O incapaz de suceder, que, contra a proibição dos artigos anteriores, tiver-se entrado em posse dos bens hereditários, será obrigado a restituí-los com as suas acessões e com todos os frutos e rendas que tenha recebido.

761.* Se o excluído da herança por incapacidade for filho ou descendente do testador e tiver filhos ou descendentes, estes adquirirão o seu direito à legítima (122).

762. Não pode instaurar-se acção para declarar a incapacidade passados cinco anos depois de o incapaz estar na posse da herança ou legado.

SEGUNDA SECÇÃO Da Instituição de Herdeiro

763. O que não tiver herdeiros obrigatórios pode dispor por testamento de todos os seus bens ou de parte deles a favor de qualquer pessoa que tenha capacidade para adquiri-los.

O que tiver herdeiros obrigatórios só poderá dispor dos seus bens na forma e com as limitações que se estabelecem na quinta secção deste capítulo (123).

764. O testamento será válido ainda que não contenha instituição de herdeiro, ou esta não compreenda a totalidade dos bens, e ainda que o nomeado não aceite a herança ou seja incapaz de herdar.

Nestes casos cumprir-se-ão as disposições testamentárias feitas de acordo com a lei, e o remanescente dos bens passará aos herdeiros legítimos (124).

(121) Ver os artigos 799, 881 e 1006 do CC.

(122) Relativamente à deserdação e, em igual sentido, artigo 857 do CC

(123) Ver o artigo 807 do CC, que relaciona os herdeiros obrigatórios. Além do mais, sobre a exploração familiar agrária, vejam-se as notas ao Capítulo I deste Título e aos artigos 669 e 670.

(124) Ver o artigo 912.2 do CC sobre os procedimentos da sucessão intestada

765. Os herdeiros instituídos sem designação de partes herdarão por partes iguais (125).

766. O herdeiro voluntário que morra antes do testador, o incapaz de herdar e o que renuncia à herança, não transmitem nenhum direito aos seus herdeiros, salvo o disposto nos artigos 761 e 857.

767. A indicação de um falso motivo da instituição de herdeiro ou da nomeação de legatário, será considerada como não escrita, a não ser que do testamento resulte que o testador não teria feito tal instituição ou legado se tivesse conhecido a falsidade do motivo.

A indicação de um motivo contrário ao direito, ainda que verdadeiro, ter-se-á também como não escrita (126).

768. O herdeiro instituído numa coisa certa e determinada será considerado como legatário (127).

769. Quando o testador nomeie uns herdeiros individualmente e outros colectivamente, como se dissesse: «Instituo como meus herdeiros N. e N. e os filhos de N.», os colectivamente nomeados considerar-se-ão como se o fossem individualmente, a não ser que resulte de um modo claro que foi outra a vontade do testador.

770. Se o testador incluir os seus irmãos, caso os tenha germanos ou só de pai ou só de mãe, partilhar-se-á a herança como se o mesmo falecesse intestado.

771. Quando o testador chame à sucessão uma pessoa e os seus filhos, considerar-se-ão todos instituídos simultaneamente e não sucessivamente.

772.* O testador designará o herdeiro pelo seu nome e apelidos, e quando haja dois que os tenham iguais deverá assinalar alguma circunstância pela qual se conheça o instituído.

Ainda que o testador tenha omitido o nome do herdeiro, se o designar de modo que não haja dúvida de quem seja o instituído, será válida a instituição.

(125) Ter em conta o artigo 770 do CC.

(126) A causa nos contratos encontra-se nos artigos 1.274 a 1.277 do CC.

(127) Ver artigo 600 do CC.

No testamento do adoptante, a expressão genérica filho ou filhos compreende os adoptivos (128).

773. O erro no nome, apelido ou qualidade do herdeiro não vicia a instituição quando de outra maneira puder saber-se com segurança qual é a pessoa nomeada.

Se entre pessoas com o mesmo nome e apelido houver igualdade de circunstâncias e estas sejam tais que não permitam distinguir o instituído, nenhum será herdeiro (129).

TERCEIRA SECÇÃO Da substituição (130)

774. Poderá o testador substituir uma ou mais pessoas ao herdeiro ou herdeiros instituídos para o caso de estes falecerem antes dele, ou não quererem ou não poderem aceitar a herança.

A substituição simples e sem indicação de motivo, compreende os três indicados no parágrafo anterior, a menos que o testador haja disposto em contrário.

775. Os pais e os demais ascendentes poderão nomear substitutos aos seus descendentes menores de catorze anos, de ambos os sexos, para o caso de falecerem antes da idade referida.

776. O ascendente poderá nomear um substituto ao descendente maior de catorze anos, que, de acordo com a lei, tenha sido declarado incapaz por anomalia mental.

A substituição de que se fala no parágrafo anterior ficará sem efeito pelo testamento do incapacitado realizado durante um intervalo lúcido ou depois de ter recuperado a razão (131).

777. As substituições de que falam os dois artigos anteriores, quando o substituído tenha herdeiros obrigatórios, só serão válidas quando não prejudiquem os direitos legitimários destes (132).

778. Podem ser substituídas duas ou mais pessoas a uma só; e ao contrário, uma só a dois ou mais herdeiros.

(128) Sobre a designação de herdeiro, artigos 749 a 751 do CC.

(129) Ver artigo 750 do CC.

(130) Ver o artigo 789 do CC

(131) Ver o artigo 665 do CC

(132) A tal respeito, confrontar os artigos 763, 782, 806 a 813 do CC

779. Se os herdeiros instituídos em partes desiguais forem substituídos reciprocamente, terão na substituição as mesmas partes que quando da sua instituição, a não ser que claramente pareça ter sido outra a vontade do testador.

780. O substituto ficará sujeito às mesmas normas e condições impostas ao instituído, a menos que o testador haja disposto expressamente o contrário, ou que as obrigações, ou condições sejam meramente pessoais do instituído.

781. As substituições fideicomissárias em virtude das quais se encarregue o herdeiro de conservar e transmitir a um terceiro toda ou parte da herança, serão válidas e surtirão efeito sempre que não passem do segundo grau, ou que se façam em favor de pessoas que vivam ao tempo do falecimento do testador. (133)

782. As substituições fideicomissárias nunca poderão afectar a legítima, salvo quando afectem a estrita legítima em benefício dum filho ou descendente judicialmente declarado incapaz nos termos estabelecidos no artigo 808. Se recaírem sobre o terço destinado a melhorias, só poderão fazer-se a favor dos descendentes. (134)

783. Para que sejam válidos os chamamentos à substituição fideicomissária, deverão os mesmos ser expressos.

O fiduciário estará obrigado a entregar a herança ao fideicomissário sem outras deduções que não sejam as correspondentes aos gastos legítimos, créditos e melhorias, salvo no caso de o testador ter disposto em contrário. (135)

784. O fideicomissário adquirirá o direito à sucessão desde a morte do testador, mesmo que morra antes do fiduciário. O direito daquele passará para os seus herdeiros. (136)

785. Não serão consideradas:

1º. As substituições fideicomissárias que não sejam feitas de uma forma expressa, dando-lhe este nome, e impondo ...

(133) Em matéria de Direito Foral, confrontar artigos 180 e seguintes do Código de Sucessões por Morte no Direito Civil da Catalunha, aprovado pela lei 40/1991, de 30 de Dezembro (BOE num. 50, de 27 de Fevereiro de 1992).

(134) Ver nota ao artigo 777.

(135) Ver o artigo 785.1 do CC.

(136) Ver os artigos 657, 661, 759 a 799 do CC

6/23
72

84

QUINTA SECÇÃO
Das legítimas (150)

806. Legítima é a porção de bens de que o testador não pode dispor por a lei a ter reservado para determinados herdeiros, chamados por isto herdeiros obrigatórios.

807. São herdeiros obrigatórios (151):

1º. Os filhos e descendentes em relação aos seus pais e ascendentes (152).

2º. Na falta dos anteriores, os pais e ascendentes, relativamente a seus filhos e descendentes (153).

3º. O viúvo ou a viúva, nos termos e condições estabelecidos neste Código (154).

808.* Constituem a legítima dos filhos e descendentes duas terças partes do acervo hereditário do pai e da mãe.

No entanto, poderão estes dispor duma parte das duas que formam a legítima, para aplicá-la como melhorias para seus filhos ou descendentes. (155)

Quando algum dos filhos ou descendentes tenha sido judicialmente declarado incapaz, o testador poderá instituir uma substituição fideicomissária sobre o terço da legítima estrita, sendo fiduciários os filhos ou descendentes judicialmente declarados incapazes e fideicomissários os co-herdeiros obrigatórios (155 bis).

A terça parte restante será de livre disposição.

809.* A legítima dos pais ou ascendentes compreende metade do acervo hereditário dos filhos e descendentes, salvo no caso de concorrerem com o cônjuge viúvo do descen -

(150) Para efeitos de registo ver artigos 15 da LH e 83 a 88, 152 e disposições transitórias 3ª e 4ª do RH.

(151) Ter em conta as disposições transitórias 1ª a 3ª da lei 11/1981, de 13 de Maio, transcritas na nota ao Título V do Livro I deste Código.

(152) Ver artigo 108, parágrafo 2º, do CC, em relação com o artigo 3 da lei 21/1987, de 11 de Novembro (BOE num. 275, de 17 Novembro), reformadora da adopção.

(153) Ter em conta a nota 152

(154) Artigos 834 a 840 do CC.

(155) Ver artigos 823 a 833 do CC.

(155 bis) Confrontar artigos 782 e 813 do CC.

7/33
7E

dente autor da sucessão, caso em que será de uma terça parte da herança.

810. A legítima reservada aos pais dividir-se-á em duas partes iguais: se um deles tiver morrido, será toda do sobrevivente.

Quando o testador não deixe pai nem mãe, mas sim ascendentes, em igual grau, das linhas paterna e materna, dividir-se-á a herança em metade para ambas as linhas. Se os ascendentes forem de grau diferente, caberá por inteiro aos mais próximos de uma ou outra linha.

811. O ascendente que herdar do seu descendente bens que este tenha adquirido a título oneroso de outro ascendente ou de um irmão, está obrigado a reservar os bens que tenha adquirido por força da lei a favor dos parentes até ao terceiro grau que pertençam à linha de onde os bens procedem. (156)

812. Os ascendentes sucedem com exclusão de outras pessoas nos bens dados por eles a seus filhos ou descendentes falecidos sem descendência, quando os mesmos bens doados existam ao tempo da sucessão. Se tiverem sido alienados, sucederão em todos os direitos que o donatário tiver em relação a eles e no preço se tiverem sido vendidos, ou nos bens por que tiverem sido substituídos, se os permutou ou trocou. (157)

813.* O testador não poderá privar os herdeiros da sua legítima a não ser nos casos expressamente previstos na lei. (158)

Também não poderá impor sobre ela nenhum agravamento, nem condição, nem substituição de nenhuma espécie, à excepção do disposto em relação ao usufruto de viúvo e do estabelecido no artigo 808 relativamente aos filhos ou descendentes judicialmente incapacitados. (159)

814.* A preterição de um herdeiro obrigatório não prejudica a legítima. Reduzir-se-ão as disposições a favor de herdeiro antes dos legados, melhorias e demais disposições testamentárias.

(156) Sobre reserva, artigos 968 e seguintes do CC. Além disso, ver artigos 168.2 e 184 a 189 da LH e 259 a 265 do RH

(157) Ver artigo 938 do CC.

(158) Quanto à deserção, artigos 848 a 857 do CC.

(159) Os direitos do cônjuge viúvo encontram-se nos artigos 834 e seguintes do CC. Comparar artigo 782 do CC.

8/33
72

No entanto, a preterição não intencional dos filhos ou descendentes produzirá os seguintes efeitos:

1º Se resultarem preteridos todos, anular-se-ão as disposições testamentárias de conteúdo patrimonial.

2º Nos demais casos, anular-se-á a instituição de herdeiros, mas valerão as disposições e melhorias devidas por qualquer título, desde que umas e outras não sejam inoficiosas. No entanto, a instituição de herdeiro a favor do cônjuge somente será anulada se prejudicar as legítimas.

Os descendentes de outro descendente que não tenha sido preterido, representam este na herança do ascendente e não se consideram preteridos.

Se os herdeiros obrigatórios preteridos morrerem antes do testador, o testamento surtirá todos os seus efeitos.

Salvo quanto às legítimas, terá em qualquer caso preferência o disposto pelo testador.

815. O herdeiro obrigatório a quem o testador tenha deixado por qualquer título menos do que a legítima que lhe corresponda, poderá pedir o preenchimento complementar da mesma.

816. Toda a renúncia ou transacção sobre a futura legítima entre o que a deve e os seus herdeiros obrigatórios é nula, e estes poderão reclamá-la quando aquele morrer; mas deverão ser trazidos à colação o que tiverem recebido pela renúncia ou transacção (160).

817. As disposições testamentárias que diminuam a legítima dos herdeiros obrigatórios reduzir-se-ão, a pedido destes, na parte em que forem inoficiosas ou excessivas (161).

818.* Para determinar a legítima, atender-se-á ao valor dos bens que ficarem à morte do testador, com dedução das dívidas e encargos, sem compreender nestas as impostas no testamento.

Ao valor líquido dos bens hereditários acrescentar-se-á o das doações sujeitas a colação. (162)

(160) Ver artigos 825, 831 (melhorias) e 1.271 (proibição de contratos sobre herança futura) do CC.

(161) Sobre este aspecto, ver artigos 636, 654, 655 e 820 a 822 do CC.

(162) Comparar artigos 1.035 e seguintes do CC.

819. As doações feitas aos filhos, que não integrem o conceito de melhorias, imputar-se-ão na sua legítima.

As doações feitas a estranhos imputar-se-ão à parte livre da qual o testador possa dispor como última vontade.

Na medida em que forem inoficiosas ou excederem a quota disponível reduzir-se-ão conforme as regras do artigos seguintes.

820. Determinada a legítima de acordo com os dois artigos anteriores, far-se-á a redução como segue:

1°. Respeitar-se-ão as doações enquanto se possa assegurar-se a legítima, reduzindo-se ou anulando-se, se for necessário, as deixas feitas em testamento (163).

2°. A redução destas far-se-á rateadamente, sem distinção alguma (164). Se o testador tiver disposto que se pague certo legado com preferência a outros, não sofrerá aquela redução a não ser depois de se ter afectado estes por inteiro ao pagamento da legítima.

3°. Se a deixa consistir no usufruto ou renda vitalícia, cujo valor se tenha por superior à parte disponível, os herdeiros obrigatórios poderão escolher entre cumprir a disposição testamentária ou entregar ao legatário a parte da herança da qual o testador podia dispor livremente.

821*. Quando o legado sujeito a redução consistir numa propriedade que não admita fácil divisão, ficará esta para o legatário se a redução não abranger metade do seu valor, e em caso contrário para os herdeiros obrigatórios; mas aquele e estes deverão ser inteirados em dinheiro.

O legatário que tenha direito a legítima poderá reter toda a propriedade desde que o seu valor não exceda a importância da parte disponível e da quota que lhe corresponda por legítima.

Se os herdeiros ou legatários não quiserem usar do direito que se lhes concede neste artigo vender-se-á a propriedade em hasta pública, a pedido de qualquer dos interessados.

822. * A doação ou legado de um direito de habitação sobre a residência habitual que o seu titular faça a favor de um legitimário com incapacidade, não se computará para o cálculo das

(163) Sobre este aspecto, ver artigos 654, 656 e 817 do CC.

(164) Comparar artigo 887 do CC.

10/33
72

As disposições do cônjuge que tenham por objecto bens específicos e determinados, além de conferir a propriedade ao filho ou descendente favorecido, conferir-lhe-ão também a posse pelo simples facto da sua aceitação, a não ser que nelas se estabeleça diversamente.

2. Corresponderá ao cônjuge sobrevivente a administração dos bens sobre os quais incidam as disposições a que se refere o parágrafo anterior.

3. O cônjuge, ao executar as disposições estabelecidas, deverá respeitar as legítimas estritas dos descendentes comuns e as melhorias e demais disposições do *de cujus* em favor deles.

Se não for respeitada a legítima estrita de algum descendente comum ou a quota de participação nos bens que o *de cujus* por morte tiver deixado a seu favor, o prejudicado poderá pedir que se reduzam os actos do cônjuge na medida necessária à satisfação do interesse lesado.

Entender-se-ão como respeitadas as disposições do *de cujus* a favor dos filhos ou descendentes comuns e as legítimas quando umas e outras resultem suficientemente satisfeitas ainda que no todo ou em parte o tenham sido com bens pertencentes somente ao cônjuge que execute tais disposições.

4. A concessão ao cônjuge das referidas faculdades não alterará o regime das legítimas nem o das disposições do *de cujus*, quando o favorecido por umas ou outras não seja descendente comum. Neste caso o cônjuge que não seja parente em linha recta do favorecido terá poderes, quanto aos bens abrangidos por aquelas disposições, para actuar por conta dos descendentes comuns nos actos de execução ou de adjudicação relativos a tais legítimas ou disposições.

Quando algum descendente que não seja descendente do cônjuge sobrevivente tiver sofrido preterição não intencional na herança do pré-falecido, o exercício das faculdades conferidas ao cônjuge não poderá diminuir a parte do preterido.

5 As faculdades conferidas ao cônjuge cessarão desde que tiver ocorrido novo matrimónio ou uma relação de facto análoga ou quando tenha algum filho não comum, a não ser que o testador tivesse disposto outra coisa.

6. As disposições dos parágrafos anteriores também serão aplicadas quando as pessoas com descendência comum não estejam casadas entre si.

— DZ/3 - D H (10) 11/33
A 1/3 - D Q D 72

832. Quando as melhorias não tiverem sido preenchidas com coisa determinada, serão pagas com os mesmos bens hereditários, observando-se até onde possível, as regras estabelecidas nos artigos 1.061 e 1.062 por forma a preservar a igualdade dos herdeiros na partilha dos bens.

833.* O filho ou descendente beneficiário de melhorias poderá renunciar à herança e aceitar as melhorias.

SETIMA SECÇÃO

Direitos do cônjuge viúvo

834.* O cônjuge que ao falecer o seu consorte não estiver separado deste judicialmente ou de facto, se concorrer à herança com filhos ou descendentes, terá direito ao usufruto do terço destinado a melhorias. (173)

835.* Se entre os cônjuges separados tiver havido reconciliação notificada ao tribunal que decretou a separação em conformidade com o artigo 84 deste Código, o sobrevivente conservará os seus direitos.

836.* (sem conteúdo)

837.* Não existindo descendentes, mas sim ascendentes, o cônjuge sobrevivente terá direito ao usufruto de metade da herança. (174)

838.* Não existindo descendentes nem ascendentes o cônjuge sobrevivente terá direito ao usufruto dos dois terços da herança.

839.* Os herdeiros poderão satisfazer ao cônjuge a sua parte de usufruto, conferindo-lhe uma renda vitalícia, os produtos de determinados bens, ou um capital efectivo, de mútuo acordo e, na falta deste, por decisão judicial.

(173) Ver artigo 32 da Lei da Reforma e Desenvolvimento Agrário, cujo texto foi aprovado por Decreto 118/1973 de 12 de Janeiro (BOE núm. 30, de 3 de Fevereiro) com a nova redacção dada pela Lei 19/1995 de 4 de Julho (BOE núm. 159, do dia 5), de Modernização das Explorações Agrárias

Em relação ao usufruto ver Título V do Livro II deste Código, especialmente artigos 477, 480 e 492.

(174) Ver artigos 429 e 809 do CC.

12/33

7E

Enquanto tal não se realize, estarão afectos todos os bens da herança ao pagamento da parte de usufruto que corresponda ao cônjuge. (175)

840.* Quando o cônjuge viúvo concorra com filhos somente do *de cujus* poderá exigir que o seu direito de usufruto lhe seja satisfeito, através da atribuição, à escolha dos filhos, dum capital em dinheiro ou dum lote de bens da herança.

OTTAVA SECÇÃO

Pagamento da quota hereditária em casos especiais (176)

841.* O testador, ou o executor testamentário expressamente autorizado por aquele, poderá adjudicar todos os bens hereditários ou parte deles a algum dos filhos ou descendentes, ordenando que se pague em numerário a quota hereditária dos demais herdeiros legitimários.

Também será atribuída a faculdade de pagamento em dinheiro, verificando-se o mesmo pressuposto do parágrafo anterior, ao executor dativo (nomeado pelo tribunal) a que se refere o artigo 1.057 do Código Civil.

842.* Não obstante o disposto no artigo anterior, qualquer dos filhos ou descendentes obrigados a pagar em dinheiro a quota hereditária dos seus irmãos poderá exigir que a mesma seja satisfeita em bens da herança, devendo observar-se neste caso o prescrito pelos artigos 1.058 a 1.063 deste Código.

843.* A não ser que se tenha a concordância expressa de todos os filhos ou descendentes, a partilha a que se referem os artigos anteriores estará sujeita a aprovação judicial. (177)

844.* A decisão de pagamento em dinheiro não produzirá efeitos se não se comunicar aos destinatários no prazo de um ano contado da abertura da sucessão. O pagamento deverá fazer-se no prazo de mais um ano, a não ser que haja acordo em contrário. Corresponderão ao destinatário da quantia as garantias legais estabelecidas para o legatário duma quantia. (178)

(175) Ver nota ao artigo 834

(176) Ver artigos 80.2 e 85 do RH sobre a atribuição de bens hereditários a alguns filhos ou descendentes com obrigação de pagar em dinheiro a sua legítima.

(177) Comparar artigos 782 a 805 da LEC-2000

(178) Ver artigos 880 e 884 do CC.

13/33
7E

Decorrido o prazo sem que o pagamento tenha sido feito, caducará a faculdade conferida aos filhos ou descendentes pelo testador ou pelo executor e proceder-se-á à partilha da herança segundo as disposições gerais sobre partilha.

845. * A opção de que tratam os artigos anteriores não afectará os legados de coisa específica. (179)

846. * Também não afectará as disposições de partilha do testador preenchidas por bens determinados. (180)

847. Para se estabelecer a soma que terá de abonar-se aos filhos ou descendentes, atender-se-á ao valor que tiverem os bens ao tempo da liquidação da parte correspondente, tendo em conta os frutos ou rendas até então vencidos. Desde a liquidação o crédito de dinheiro vencerá juros à taxa legal.

NONA SECÇÃO Da deserdação

848. A deserdação só pode ter lugar por alguma das causas que sejam expressamente previstas na lei. (181).

849. A deserdação só poderá fazer-se em testamento, expressando a causa legal em que se fundamente.

850. A prova da existência da causa da deserdação caberá aos herdeiros do testador se o deserdado a negar. (182)

851. A deserdação efectuada sem expressão de causa, ou por causa cuja certeza, sendo contraditada, não se prove, ou que não seja uma das assinaladas nos quatro artigos seguintes, anulará a instituição de herdeiro na medida em que prejudique o deserdado; no entanto terão valor os legados, melhorias e demais disposições testamentárias na parte em que não prejudiquem a dita legítima. (183)

852.* São justas causas para a deserdação, nos termos especificamente estabelecidos nos artigos 853, 854 e 855, as...


(179) Ver artigos 882 e 884 do CC

(180) Ver nota no artigo 843.

(181) Para o efeito, ver os artigos 852 e 855 do Cc.

(182) Sobre o ónus da prova, artigo 1.214 do Cc

(183) Ver o artigo 814 do Cc.

04/33
2E


Os parentes que se encontrarem no mesmo grau herdarão em partes iguais, salvo o que dispõe o artigo 949 sobre o duplo vínculo.

922. Se houver vários parentes de um mesmo grau, e algum ou alguns não quiserem ou não puderem suceder, a sua parte acrescerá aos outros do mesmo grau, salvo quando deva ter lugar o direito de representação. (221)

923. Repudiando a herança, o parente mais próximo, se for o único, ou, no caso de serem vários, todos os parentes mais próximos chamados por lei, herdarão os do grau seguinte por direito próprio, e sem que possam representar o repudiante.

TERCEIRA SECÇÃO Da representação

924. Chama-se direito de representação aquele que têm os parentes duma pessoa para suceder-lhe em todos os direitos que teria caso vivesse ou tivesse podido herdar.

925. O direito de representação terá sempre lugar em linha recta descendente, mas nunca na ascendente.

Na linha colateral, só terá lugar a favor dos filhos de irmãos, quer sejam de vínculo dos dois lados, quer sejam só de um.

926. Sempre que se herde por representação, a partilha da herança far-se-á por estirpes, de modo a que o representante ou representantes não herdem mais do que herdaria o seu representado, se vivesse. (222)

927. Havendo filhos de um ou mais irmãos do defunto, herdarão deste por representação, se concorrerem com os seus tios. No entanto se concorrerem sozinhos herdarão em partes iguais. (223)

928. Não se perde o direito de representar uma pessoa pelo facto de esta ter repudiado a sua herança. (224)

(221) Ver os artigos 924 a 929 (direito de representação) e 981 (direito de acrescer na sucessão intestada) no CC.

(222) Ver o artigo 1.038 do cc.

(223) Ver os artigos 948 e 949 do CC.

(224) Ver o artigo 923 do CC.

15/33
72

929. Não se poderá representar uma pessoa viva, salvo em casos de deserdação ou incapacidade. (225)

CAPÍTULO IV
Da ordem de suceder segundo a diversidade de linhas
PRIMEIRA SECÇÃO
Da linha recta descendente

930. A sucessão corresponde em primeiro lugar à linha recta descendente.

931*. Os filhos e os seus descendentes sucedem a seus pais e demais ascendentes sem distinção de sexo, idade ou filiação.

932. Os filhos do falecido herdarão sempre por direito próprio, dividindo a herança em partes iguais.

933. Os netos e demais descendentes herdarão por direito de representação, e se algum tiver falecido deixando vários herdeiros, a parte que lhe corresponde será dividida entre estes em partes iguais.

934. Se ficarem filhos e descendentes de outros filhos que tiverem falecido, os primeiros herdarão por direito próprio e os segundos por direito de representação. (226)

SECÇÃO SEGUNDA
Da linha recta ascendente

935*. Na falta de filhos e descendentes do falecido herdarão os seus ascendentes.

936* O pai e a mãe herdarão em partes iguais.

937* No caso de somente um dos pais sobreviver este sucederá ao filho em toda a sua herança.

938*. Na falta de pai e mãe sucederão os ascendentes mais próximos em grau.

939*. Se houver vários ascendentes de igual grau pertencentes à mesma linha, dividirão a herança por cabeça.

(225) Sobre a incapacidade, artigos 744 a 762 e sobre deserdação, artigos 848 a 857, todos do Cc
(226) Ver artigos 924 e 925 do CC.

16/32
7c
89

940*. Se os ascendentes forem de linhas diferentes, mas de igual grau, uma metade caberá aos ascendentes paternos e a outra metade aos maternos.

941.* Em cada linha a divisão será feita por cabeça.

942.* O disposto nesta Secção entende-se sem prejuízo do prescrito nos artigos 811 e 812, que é aplicável à sucessão intestada e à testamentária.

TERCEIRA SECÇÃO

Da sucessão do cônjuge e dos colaterais

943.* Na falta das pessoas compreendidas nas duas secções que precedem, herdarão o cônjuge e os parentes colaterais pela ordem estabelecida nos artigos seguintes.

944.* Na falta de ascendentes e descendentes, e antes dos colaterais, sucederá em todos os bens do falecido o cônjuge sobrevivente.

945.* Não terá lugar a chamada a que se refere o artigo anterior se o cônjuge estiver separado judicialmente ou de facto.

946.* Os irmãos e filhos de irmãos sucedem com preferência aos demais colaterais.

947. Se apenas existirem irmãos de duplo vínculo, estes herdarão em partes iguais.

948. Se concorrerem irmãos com sobrinhos, filhos de irmãos de duplo vínculo, os primeiros herdarão por cabeça e os segundos por estirpe. (227)

949. Se concorrerem irmãos de pai e de mãe com meios-irmãos, os primeiros ficarão com o dobro relativamente a estes.

950. No caso de só existirem meios-irmãos, uns da parte do pai e outros da parte da mãe, herdarão todos em partes iguais, sem nenhuma distinção de bens.

17/33
72

951. Os filhos dos meios-irmãos sucederão por cabeça ou por stirpe, segundo as regras estabelecidas para os irmãos de duplo vínculo.

952. * (sem conteúdo)

953.* (sem conteúdo)

954. * Não havendo cônjuge sobrevivente, nem irmãos nem filhos de irmãos, sucederão na herança do defunto os demais parentes do mesmo na linha colateral até ao quarto grau, para além do qual não se estende o direito de herdar sem testamento.

955.* A sucessão destes colaterais verificar-se-á sem distinção de linhas nem preferência entre eles por motivo de duplo vínculo.

QUARTA SECÇÃO Da sucessão do Estado (228)

956. Na falta de pessoas que tenham direito a herdar, conforme o disposto nas precedentes Secções, herdarão o Estado, que entregará uma terça parte da herança a instituições municipais do domicílio do defunto, de beneficência, instrução, acção social ou profissionais, sejam de carácter público ou privado; e outra terça parte a instituições regionais, do mesmo tipo, da região do finado, preferindo tanto entre umas como entre outras, aquelas a que o *de cujus* haja pertencido através da sua profissão e tenha dedicado a sua maior actividade, ainda que seja de carácter geral. A outra terça parte destinar-se-á à Caixa de Amortização da Dívida Pública (229), salvo quando, pela natureza dos bens herdados, o Conselho de Ministros decida dar-lhes, total ou parcialmente, outra aplicação.

(228) Ver os artigos 15.c) 20 e 21 da LPAP e 49.3 e 55 do RPE. Por outro lado, ter em conta o artigo 4 do Decreto 2926/1965, de 23 de Setembro (BOE num. 294, de 18 de Outubro) e o Decreto 2091/1971, de 13 de Agosto (BOE num. 225, de 20 de Setembro), o primeiro deles sobre heranças a favor do Estado de bens sitos no Estrangeiro e o segundo, sobre o regime administrativo da sucessão intestada a favor do Estado.

(229) Por Real Ordem de 1 de Abril de 1931 dispôs-se que esta parte seja incorporada definitivamente no Tesouro, e que esta mesma norma suprima a Caixa de Amortização da Dívida Pública

18/33
22
10

TÍTULO III
Do regime económico matrimonial (163)
CAPÍTULO PRIMEIRO
Disposições gerais

1.315.* O regime económico do matrimónio será o que os cônjuges estipulem em convenções matrimoniais, sem outras limitações que as estabelecidas neste código. (164)

1.316.* Na falta de convenções ou quando estas sejam ineficazes o regime será o da comunhão de adquiridos. (165)

(163) Em matéria de Direito Foral pode consultar-se, como concordante, a seguinte normativa: Título IV do Livro I (do regime de bens no matrimónio e da comunicação foral, arts. 93 a 111) da Lei 3/1992, de 1 de Julho, do Direito Civil Foral do País Basco; Título II (Os regimes económicos matrimoniais arts. 37 a 75) da Lei 9/1998, de 15 de Julho (BOE número 198 de 19 de Agosto), do Código de Família da Catalunha; Título IX e X (Leis 82 a 111) da Compilação de Direito Civil Foral de Navarra; Título I do Livro I (artigos 3 a 5) e I do Livro III (artigos 66 a 68) da Compilação do Direito Civil de Baleares; Título VII (Do regime económico familiar, 112 a 116) da Lei de Direito Civil da Galiza, e Títulos II, III e IV (artigos 13 a 88) da Lei 2/2003, de 12 de Fevereiro, das Cortes de Aragão, do Regime Económico Matrimonial e Viupal (BOE núm 62, de 13 de Março).

Por outro lado, a disposição transitória 10ª da Lei 11/1981, de 13 de Maio, que alterou este Título e dispôs o seguinte: "enquanto não for modificada a lei do processo civil, aplicar-se-ão as normas da jurisdição voluntária, nas situações seguintes: 1ª para outorgar as autorizações judiciais previstas na presente Lei. 2ª para resolver as controvérsias surgidas ... nas relações pessoais e patrimoniais dos cônjuges, quando, pela sua própria natureza, exijam resolução urgente. No indicado procedimento os recursos serão admitidos sempre com um único efeito. Ficará sempre salvaguardado o exercício do direito de acção correspondente à via judicial ordinária".

Para efeitos de direito internacional privado, ver o artigo 9.3 do CC. Ter-se em conta também o artigo 266 do RRC e os artigos 90 a 96 do RH.

(164) O regime jurídico aplicável às convenções matrimoniais está contido nos artigos 1.325 a 1.335 do CC.

(165) Em relação à comunhão de adquiridos, artigos 1.344 a 1.410 do CC.

19/33
28

1.317. A alteração do regime económico matrimonial realizada na pendência do matrimónio não prejudica em caso algum os direitos já adquiridos por terceiros. (166)

1.318. Os bens dos cônjuges estão sujeitos ao encargo das despesas do matrimónio. (167)

Quando um dos cônjuges não cumpra o seu dever de contribuir para essas despesas, o juiz, a pedido do outro, decidirá as medidas cautelares que estimar convenientes a fim de assegurar o seu cumprimento e as provisões necessárias para fazer face às necessidades futuras.

Quando um cônjuge careça de bens próprios suficientes para custear os gastos necessários em litígios que sustente contra o outro cônjuge sem que haja má fé ou temeridade, ou contra terceiros, se resultarem em proveito da família, serão a cargo do património comum e faltando este, o respectivo custo será suportado pelos bens próprios do outro cônjuge quando a situação económica deste impeça aquele, por imperativo da Lei de Processo Civil, de obter o benefício de justiça gratuita. (168)

1.319.* Qualquer um dos cônjuges poderá realizar os actos destinados a satisfazer as necessidades ordinárias da família a seu cargo, conforme o uso do lugar e as circunstâncias da mesma.

Pelas dívidas contraídas no exercício deste poder responderão solidariamente os bens comuns e os do cônjuge que contraia a dívida e subsidiariamente, os do outro cônjuge. (169)

O que carregou recursos próprios para satisfação de tais necessidades, terá direito a ser ressarcido em conformidade com o seu regime matrimonial.

1.320.* Para dispor dos direitos sobre a residência habitual e dos móveis de uso ordinário da família, mesmo que tais ...

(166) Sobre modificação de convenções do regime de bens do matrimónio, ver os artigos 1.325, 1.331 e 1.332 do CC.

(167) A este respeito, artigo 1.438 do CC.

(168) Ver o artigo 103.33 do CC. Ter em conta, ainda, a Lei 1/1996, de 10 de Janeiro (BOE num.11, do dia 12) de Assistência Jurídica Gratuita e especificamente os artigos 3 (Requisitos básicos) e (Exclusão por motivos económicos).

(169) Ver os artigos 1.365, 1º e 1.440, § 2º, do CC e 6 a 12 do CCo.

20/23
7E

CAPÍTULO IV
Da comunhão de adquiridos (191)
PRIMEIRA SECÇÃO
Disposições gerais

1.344.* No regime da comunhão de adquiridos tornam-se comuns para os cônjuges os ganhos ou benefícios obtidos indistintamente por qualquer um deles, os quais lhes serão atribuídos na proporção de metade quando se dissolver o matrimónio. (192)

1.345. * O regime da comunhão de adquiridos começa a vigorar no momento da celebração do matrimónio, ou posteriormente, na data da convenção matrimonial. (193)

SEGUNDA SECÇÃO
Dos bens próprios e comuns

1.346. * São próprios de cada um dos dos cônjuges (194):

1º Os bens e direitos que lhes pertenciam no começo do regime da comunhão de adquiridos.

2º Os que adquira depois a título gratuito.

3º Os adquiridos à custa ou em substituição de bens próprios.

4º Os adquiridos por direito de retracto pertencente a um só dos cônjuges. (195)

5º Os bens e direitos patrimoniais inseparáveis da pessoa e os não transmissíveis *inter vivos*.

6º O ressarcimento por danos causados à pessoa de um dos cônjuges ou aos seus bens próprios.

7º As roupas e objectos de uso pessoal que não sejam de extraordinário valor.

(191) Ter em conta o artigo 1.435, 2ª. do CC.

(192) Ver os artigos 1.316 e 1.404 e seguintes do CC.

(193) Confrontar o artigo 1.362 do CC.

(194) Ver os artigos 1.324 e 1.361 do CC, sobre prova entre cônjuges do carácter próprio de certos bens e presunção de pertença à comunhão de adquiridos. Ademais, artigos 1348, 1349, 1352, 1356, 1357 e 1362.3 do CC. Por outro lado e quanto à sujeição de bens, frutos e ganhos dos cônjuges ao pagamento das dívidas do casamento, artigos 1318 e 1381 do CC. Finalmente, ter em conta os artigos 1359, 1364, 1373 do CC e 95 do RH

(195) Veja-se o artigo 1347.4 do CC

21/33
7E

8° Os instrumentos necessários para o exercício da profissão ou ofício, salvo quando estes sejam parte integrante ou pertença dum estabelecimento ou exploração de carácter comum.

Os bens mencionados nos parágrafos 4° e 8° não perdem o seu carácter de próprios pelo facto de a sua aquisição ter sido realizada com fundos comuns; no entanto neste caso, a comunhão será credora do cônjuge proprietário pelo valor despendido.

1.347.* São bens comuns (196):

1ª Os obtidos pelo trabalho ou indústria de qualquer dos cônjuges.

2° Os frutos, rendas ou juros produzidos tanto pelos bens próprios como pelos comuns.

3° Os adquiridos a título oneroso à custa do património comum, quer a aquisição se faça para a comunhão, que para um só dos esposos. (197)

4° Os adquiridos por direito de retracto de natureza comum, ainda quando tenham sido adquiridos com fundos próprios, caso em que a comunhão será devedora do cônjuge pelo valor despendido.

5° As empresas e estabelecimentos fundados durante a vigência da comunhão por qualquer dos cônjuges à custa dos bens comuns. Se aquando da formação da empresa ou estabelecimento concorrerem capital próprio e capital comum, aplicar-se-á o disposto no artigo 1.354.

1.348.* Sempre que pertença apenas a um dos cônjuges um certo crédito pagável em certo número de anos, não serão consideradas comuns as importâncias cobradas nos prazos vencidos durante o matrimónio, considerando-se antes capital de um ou outro cônjuge, conforme pertença a um ou a outro a propriedade do crédito.

1.349. O direito do usufruto ou de pensão pertencente a um dos cônjuges, integrará os seus bens próprios; no entanto os frutos, pensões ou juros que forem produzidos durante o matrimónio serão bens comuns. (198)

(196) Sobre a prova entre cônjuges do carácter próprio de certos bens e presunção de bens comuns, artigos 1.324 e 1.361 do CC. Também ver os artigos 1.348 a 1.351 e 1.381 do CC.

(197) Ver os artigos 1.355 do CC e 93.1 do RH.

(198) Confrontar o artigo 1.381 do CC.



Consul General de España

Nº: 32/2006

EL CONSUL GENERAL DE ESPAÑA EN LISBOA, -----

----- **CERTIFICA:** - Que la ley que regula el Orden de la Sucesión testada vigente en el presente año consta de los artículos 763 al 773, 806 al 822, 830 a 844, 930 al 955, 1315, 1316, 1344 a 1347, todos inclusive del Código Civil Español en vigor del que se adjuntan fotocopias.

----- Para que conste, a los efectos oportunos y a solicitud de parte interesada, expido el presente certificado en Lisboa y Consulado General de España a siete de diciembre de dos mil seis



EL CONSUL GENERAL,

Alvaro Sebastián de Erice

23/33 72

759. El heredero o legatario que muera antes de que la condición se cumpla, aunque sobreviva al testador, no transmite derecho alguno a sus herederos (121).

760. El incapaz de suceder, que, contra la prohibición de los anteriores artículos, hubiese entrado en la posesión de los bienes hereditarios, estará obligado a restituirlos con sus accesiones y con todos los frutos y rentas que haya percibido.

761. * Si el excluido de la herencia por incapacidad fuere hijo o descendiente del testador y tuviere hijos o descendientes, adquirirán éstos su derecho a la legítima (122).

762. No puede deducirse acción para declarar la incapacidad pasados cinco años desde que el incapaz esté en posesión de la herencia o legado.

SECCIÓN SEGUNDA De la institución de heredero

763. El que no tuviere herederos forzosos puede disponer por testamento de todos sus bienes o de parte de ellos en favor de cualquiera persona que tenga capacidad para adquirirlos.

El que tuviere herederos forzosos sólo podrá disponer de sus bienes en la forma y con las limitaciones que se establecen en la sección quinta de este capítulo (123).

764. El testamento será válido aunque no contenga institución de heredero, o ésta no comprenda la totalidad de los bienes, y aunque el nombrado no acepte la herencia o sea incapaz de heredar.

En estos casos se cumplirán las disposiciones testamentarias hechas con arreglo a las leyes, y el remanente de los bienes pasará a los herederos legítimos (124).

(121) Véanse los artículos 799, 881 y 1.006 del CC.

(122) Con respecto a la desheredación y, en igual sentido, artículo 857 del CC.

(123) Véase el artículo 807 del CC, que relaciona los herederos forzosos. Además, sobre la explotación familiar agraria, véanse las notas al Capítulo I de este Título y a los artículos 669 y 670.

(124) Véase el artículo 912.2 del CC, sobre procedencia de la sucesión intestada.

765. Los herederos instituidos sin designación de partes heredarán por partes iguales (125).

766. El heredero voluntario que muere antes que el testador, el incapaz de heredar y el que renuncia a la herencia, no transmiten ningún derecho a sus herederos, salvo lo dispuesto en los artículos 761 y 857.

767. La expresión de una causa falsa de la institución de heredero o del nombramiento de legatario, será considerada como no escrita, a no ser que del testamento resulte que el testador no habría hecho tal institución o legado si hubiese conocido la falsedad de la causa.

La expresión de una causa contraria a derecho, aunque sea verdadera, se tendrá también por no escrita (126).

768. El heredero instituido en una cosa cierta y determinada será considerado como legatario (127).

769. Cuando el testador nombre unos herederos individualmente y otros colectivamente, como si dijere: «Instituyo por mis herederos a N. y a N. y a los hijos de N.», los colectivamente nombrados se considerarán como si lo fueran individualmente, a no ser que conste de un modo claro que ha sido otra la voluntad del testador.

770. Si el testador instituye a sus hermanos, y los tiene carnales y de padre o madre solamente, se dividirá la herencia como en el caso de morir intestado.

771. Cuando el testador llame a la sucesión a una persona y a sus hijos, se entenderán todos instituidos simultáneamente y no sucesivamente.

772. * El testador designará al heredero por su nombre y apellidos, y cuando haya dos que los tengan iguales deberá señalar alguna circunstancia por la que se conozca al instituido.

Aunque el testador haya omitido el nombre del heredero, si lo designare de modo que no pueda dudarse quién sea el instituido, valdrá la institución.

(125) Téngase en cuenta el artículo 770 del CC.

(126) La causa en los contratos se recoge en los artículos 1.274 a 1.277 del CC.

(127) Véase el artículo 600 del CC.

1. hijos comprende a los adoptivos (125).

773. El error en el nombre, apellido o cualidades del heredero no vicia la institución cuando de otra manera puede saberse ciertamente cuál sea la persona nombrada.

Si entre personas del mismo nombre y apellido hay igualdad de circunstancias y éstas son tales que no permiten distinguir al instituido, ninguno será heredero (129).

SECCIÓN TERCERA De la sustitución (130)

774. Puede el testador sustituir una o más personas al heredero o herederos instituidos para el caso en que mueran antes que él, o no quieran, o no puedan aceptar la herencia.

La sustitución simple, y sin expresión de casos, comprende los tres expresados en el párrafo anterior, a menos que el testador haya dispuesto lo contrario.

775. Los padres y demás ascendientes podrán nombrar sustitutos a sus descendientes menores de catorce años, de ambos sexos, para el caso de que mueran antes de dicha edad.

776. El ascendiente podrá nombrar sustituto al descendiente mayor de catorce años, que, conforme a derecho, haya sido declarado incapaz por enajenación mental.

La sustitución de que habla el párrafo anterior quedará sin efecto por el testamento del incapacitado hecho durante un intervalo lúcido o después de haber recobrado la razón (131).

777. Las sustituciones de que hablan los dos artículos anteriores, cuando el sustituido tenga herederos forzosos, sólo serán válidas en cuanto no perjudiquen los derechos legitimarios de éstos (132).

778. Pueden ser sustituidas dos o más personas a una sola, y al contrario, una sola a dos o más herederos.

(128) Sobre designación de heredero, artículos 749 a 751 del CC.

(129) Véase el artículo 750 del CC.

(130) Véase el artículo 789 del CC.

(131) Véase el artículo 665 del CC.

(132) Al respecto, confrontense los artículos 763, 782, 806 y 813 del CC.

partes que en la institución, a no ser que claramente aparezca haber sido otra la voluntad del testador.

780. El sustituto quedará sujeto a las mismas cargas y condiciones impuestas al instituido, a menos que el testador haya dispuesto expresamente lo contrario, o que los gravámenes o condiciones sean meramente personales del instituido.

781. Las sustituciones fideicomisarias en cuya virtud se encargará al heredero que conserve y transmita a un tercero el todo o parte de la herencia, serán válidas y surtirán efecto siempre que no pasen del segundo grado, o que se hagan en favor de personas que vivan al tiempo del fallecimiento del testador (133).

782.* Las sustituciones fideicomisarias nunca podrán gravar la legítima, salvo que graven la legítima estricta en beneficio de un hijo o descendiente judicialmente incapacitado en los términos establecidos en el artículo 808. Si recae sobre el tercio destinado a la mejora, sólo podrán hacerse en favor de los descendientes (134).

783. Para que sean válidos los llamamientos a la sustitución fideicomisaria, deberán ser expresos.

El fiduciario estará obligado a entregar la herencia al fideicomisario, sin otras deducciones que las que correspondan por gastos legítimos, créditos y mejoras, salvo el caso en que el testador haya dispuesto otra cosa (135).

784. El fideicomisario adquirirá derecho a la sucesión desde la muerte del testador, aunque muera antes que el fiduciario. El derecho de aquél pasará a sus herederos (136).

785. No surtirán efecto:

1.º Las sustituciones fideicomisarias que no se hagan de una manera expresa, ya dándose este nombre, ya imponiendo al sustituto la obligación de conservar y transmitir a un tercero el todo o parte de la herencia, o de entregarla a un fideicomisario, o de pagar a un tercero una suma de dinero, o de hacer otra cosa (137).

(133) En materia de Derecho Foral, confrontar artículos 180 y siguientes del Código de Sucesiones por Causa de Muerte en el Derecho Civil de Cataluña, aprobado por Ley 40/1991, de 30 de diciembre (BOE núm. 50, de 27 de febrero de 1992).

(134) Ver nota al artículo 771.

(135) Véase el artículo 785.1.º del CC.

(136) Véanse los artículos 657, 661, 759 y 799 del CC.

24/33
22
B

806. Legítima es la porción de bienes de que el testador no puede disponer por haberla reservado la ley a determinados herederos, llamados por esto herederos forzosos.

807.* Son herederos forzosos (151):

- 1.º Los hijos y descendientes respecto de sus padres y ascendientes (152).
- 2.º A falta de los anteriores, los padres y ascendientes respecto de sus hijos y descendientes (153).
- 3.º El viudo o viuda en la forma y medida que establece este Código (154).

808.* Constituyen la legítima de los hijos y descendientes las dos terceras partes del haber hereditario del padre y de la madre. Sin embargo, podrán éstos disponer de una parte de las dos que forman la legítima, para aplicarla como mejora a sus hijos o descendientes (155).

Cuando alguno de los hijos o descendientes haya sido judicialmente incapacitado, el testador podrá establecer una sustitución fideicomisaria sobre el tercio de legítima estricta, siendo fiduciarios los hijos o descendientes judicialmente incapacitados y fideicomisarios los coherederos forzosos (155 bis).

La tercera parte restante será de libre disposición.

809.* Constituye la legítima de los padres o ascendientes la mitad del haber hereditario de los hijos y descendientes, salvo el caso en que concurrieren con el cónyuge viudo del descen-

(150) A efectos registrales, véanse los artículos 15 de la LH y 83 a 88, 152 y disposiciones transitorias 3.ª y 4.ª del RH.

(151) Téngase en cuenta las disposiciones transitorias 1.ª a 3.ª de la Ley 11/1981, de 13 de mayo, transcritas en nota al Título V del Libro I de este Código.

(152) Véase el artículo 108, párrafo 2.º, del CC, en relación con el artículo 3 de la Ley 21/1987, de 11 de noviembre (BOE núm. 275, de 17 de noviembre), reformadora de la adopción.

(153) Téngase en cuenta la nota anterior.

(154) Artículos 834 a 840 del CC.

(155) Véanse los artículos 823 a 833 del CC.

(155 bis) Confrontar artículos 782 y 813 del CC.

810. La legítima reservada a los padres se dividirá entre los dos por partes iguales: si uno de ellos hubiere tuerto, recaerá toda en el sobreviviente.

Cuando el testador no deje padre ni madre, pero sí ascendientes, en igual grado, de las líneas paterna y materna, se dividirá la herencia por mitad entre ambas líneas. Si los ascendientes fueren de grado diferente, corresponderá por entero a los más próximos de una u otra línea.

811. El ascendiente que heredare de su descendiente bienes que éste hubiese adquirido por título lucrativo de otro ascendiente, o de un hermano, se halla obligado a reservar los que hubiere adquirido por ministerio de la ley en favor de los parientes que estén dentro del tercer grado y pertenezcan a la línea de donde los bienes proceden (156).

812. Los ascendientes suceden con exclusión de otras personas en las cosas dadas por ellos a sus hijos o descendientes muertos sin posteridad, cuando los mismos objetos donados existan en la sucesión. Si hubieren sido enajenados, sucederán en todas las acciones que el donatario tuviera con relación a ellos, y en el precio si se hubieren vendido, o en los bienes con que se hayan sustituido, si los permutó o cambió (157).

813.* El testador no podrá privar a los herederos de su legítima sino en los casos expresamente determinados por la ley (158).

Tampoco podrá imponer sobre ella gravamen, ni condición, ni sustitución de ninguna especie, salvo lo dispuesto en cuanto al usufructo de viudo y lo establecido en el artículo 808 respecto de los hijos o descendientes judicialmente incapacitados (159).

814.* La preterición de un heredero forzoso no perjudica la legítima. Se reducirá la institución de heredero antes que los legados, mejoras y demás disposiciones testamentarias.

(156) Sobre reserva, artículos 968 y siguientes del CC. Además, véanse los artículos 168.2 y 184 a 189 de la LH y 259 a 265 del RH.

(157) Véase el artículo 938 del CC.

(158) En cuanto a la desheredación, artículos 848 a 857 del CC.

(159) Los derechos del cónyuge viudo se concretan en los artículos 834 y siguientes del CC. Confrontar artículo 782 del CC.

25/33
22

Sin embargo, producirá los siguientes efectos:

1.º Si resultaren preteritos todos, se anularán las disposiciones testamentarias de contenido patrimonial.

2.º En otro caso, se anulará la institución de herederos, pero valdrán las mandas y mejoras ordenadas por cualquier título, en cuanto unas y otras no sean inoficiosas. No obstante, la institución de heredero a favor del cónyuge sólo se anulará en cuanto perjudique a las legítimas.

Los descendientes de otro descendiente que no hubiere sido preterito, representan a éste en la herencia del ascendiente y no se consideran preteritos.

Si los herederos forzosos preteritos mueren antes que el testador, el testamento surtirá todos sus efectos.

A salvo las legítimas tendrá preferencia en todo caso lo ordenado por el testador.

815. El heredero forzoso a quien el testador haya dejado por cualquier título menos de la legítima que le corresponda, podrá pedir el complemento de la misma.

816. Toda renuncia o transacción sobre la legítima futura entre el que la debe y sus herederos forzosos es nula, y éstos podrán reclamarla cuando muera aquél, pero deberán traer a colación lo que hubiesen recibido por la renuncia o transacción (160).

817. Las disposiciones testamentarias que mengüen la legítima de los herederos forzosos se reducirán, a petición de éstos, en lo que fueren inoficiosas o excesivas (161).

818.* Para fijar la legítima se atenderá al valor de los bienes que quedaren a la muerte del testador, con deducción de las deudas y cargas, sin comprender entre ellas las impuestas en el testamento.

Al valor líquido de los bienes hereditarios se agregará el de las donaciones colacionables (162).

(160) Véanse los artículos 825, 831 (mejora) y 1.271 (prohibición de contratos sobre herencia futura) del CC.

(161) Sobre el particular, véanse los artículos 636, 654, 655 y 820 a 822 del CC.

(162) Confrontar artículos 1.035 y siguientes del CC.

Si las donaciones hechas a extraños se imputarán a la parte libre de que el testador hubiese podido disponer por su última voluntad.

Si el testador hubiese podido disponer por su última voluntad, se reducirán según las reglas de los artículos siguientes.

820.* Fijada la legítima con arreglo a los dos artículos anteriores, se hará la reducción como sigue:

1.º Se respetarán las donaciones mientras pueda cubrirse la legítima, reduciendo o anulando, si necesario fuere, las mandas hechas en testamento (163).

2.º La reducción de éstas se hará a prorrata, sin distinción alguna (164).

Si el testador hubiere dispuesto que se pague cierto legado con preferencia a otros, no sufrirá aquél reducción sino después de haberse aplicado éstos por entero al pago de la legítima.

3.º Si la manda consiste en un usufructo o renta vitalicia, cuyo valor se tenga por superior a la parte disponible, los herederos forzosos podrán escoger entre cumplir la disposición testamentaria o entregar al legatario la parte de la herencia de que podía disponer libremente el testador.

821.* Cuando el legado sujeto a reducción consista en una finca que no admita cómoda división, quedará ésta para el legatario si la reducción no absorbe la mitad de su valor, y en caso contrario para los herederos forzosos; pero aquél y éstos deberán abonarse su respectivo haber en dinero.

El legatario que tenga derecho a legítima podrá retener toda la finca, con tal que su valor no supere, el importe de la porción disponible y de la cuota que le corresponda por legítima.

Si los herederos o legatarios no quieren usar del derecho que se les concede en este artículo se venderá la finca en pública subasta, a instancia de cualquiera de los interesados.

822.* La donación o legado de un derecho de habitación sobre la vivienda habitual que su titular haga a favor de un legitimario persona con discapacidad, no se computará para el cálculo de las

(163) Al respecto, véanse los artículos 654, 656 y 817 del CC.

(164) Confrontar artículo 887 del CC.

26/33
22
14

partes iguales, salvo lo que se dispone en el artículo 924 del CC.

922. Si hubiere varios parientes de un mismo grado, y alguno o algunos no quisieren o no pudieren suceder, su parte acrecerá a los otros del mismo grado, salvo el derecho de representación cuando deba tener lugar (221).

923. Repudiando la herencia el pariente más próximo, si es solo, o, si fueren varios, todos los parientes más próximos llamados por la ley, heredarán los del grado siguiente por su propio derecho, y sin que puedan representar al repudiante.

SECCIÓN TERCERA De la representación

924. Llámase derecho de representación el que tienen los parientes de una persona para sucederle en todos los derechos que tendría si viviera o hubiera podido heredar.

925. El derecho de representación tendrá siempre lugar en la línea recta descendente, pero nunca en la ascendente.

En la línea colateral sólo tendrá lugar en favor de los hijos de hermanos, bien sean de doble vínculo, bien de un solo lado.

926. Siempre que se herede por representación, la división de la herencia se hará por estirpes, de modo que el representante o representantes no hereden más de lo que heredaría su representado, si viviera (222).

927. Quedando hijos de uno o más hermanos del difunto, heredarán a éste por representación si concurren con sus tíos. Pero, si concurren solos, heredarán por partes iguales (223).

928. No se pierde el derecho de representar a una persona por haber renunciado su herencia (224).

(221) Véanse los artículos 924 a 929 (derecho de representación) y 981 (derecho de acrecer en la sucesión intestada) del CC.

(222) Véase el artículo 1.038 del CC.

(223) Véanse los artículos 948 y 949 del CC.

(224) Véase el artículo 923 del CC.

CAPÍTULO IV

Del orden de suceder según la diversidad de líneas

SECCIÓN PRIMERA

De la línea recta descendente

930. La sucesión corresponde en primer lugar a la línea recta descendente.

931.* Los hijos y sus descendientes suceden a sus padres y demás ascendientes sin distinción de sexo, edad o filiación.

932. Los hijos del difunto le heredarán siempre por su derecho propio, dividiendo la herencia en partes iguales.

933. Los nietos y demás descendientes heredarán por derecho de representación, y, si alguno hubiese fallecido dejando varios herederos, la porción que le corresponda se dividirá entre éstos por partes iguales.

934. Si quedaren hijos y descendientes de otros hijos que hubiesen fallecido, los primeros heredarán por derecho propio y los segundos por derecho de representación (226).

SECCIÓN SEGUNDA

De la línea recta ascendente

935.* A falta de hijos y descendientes del difunto le heredarán sus ascendientes.

936.* El padre y la madre heredarán por partes iguales.

937.* En el caso de que sobreviva uno solo de los padres, éste sucederá al hijo en toda su herencia.

938.* A falta de padre y de madre sucederán los ascendientes más próximos en grado.

939.* Si hubiere varios ascendientes de igual grado pertenecientes a la misma línea, dividirán la herencia por cabezas.

(225) Sobre incapacidad, artículos 744 a 762, y sobre desheredación, artículos 848 a 857, todos ellos del CC.

(226) En el sentido expuesto, artículos 924 y 925 del CC.

29/33
7c

la herencia al pago de la parte de usufructo que corresponda al cónyuge (175).

840.* Cuando el cónyuge viudo concurre con hijos sólo del causante, podrá exigir que su derecho de usufructo le sea satisfecho, a elección de los hijos, asignándole un capital en dinero o un lote de bienes hereditarios.

SECCIÓN OCTAVA

Pago de la porción hereditaria en casos especiales (176)

841.* El testador, o el contador-partidor expresamente autorizado por aquél, podrá adjudicar todos los bienes hereditarios o parte de ellos a alguno de los hijos o descendientes, ordenando que se pague en metálico la porción hereditaria de los demás legitimarios.

También corresponderá la facultad de pago en metálico en el mismo supuesto del párrafo anterior al contador-partidor dativo a que se refiere el artículo 1.057 del Código Civil.

842.* No obstante lo dispuesto en el artículo anterior, cualquiera de los hijos o descendientes obligados a pagar en metálico la cuota hereditaria de sus hermanos podrá exigir que dicha cuota sea satisfecha en bienes de la herencia, debiendo observarse, en tal caso, lo prescrito por los artículos 1.058 a 1.063 de este Código.

843.* Salvo confirmación expresa de todos los hijos o descendientes, la partición a que se refieren los dos artículos anteriores requerirá aprobación judicial (177).

844.* La decisión de pago en metálico no producirá efectos si no se comunica a los perceptores en el plazo de un año desde la apertura de la sucesión. El pago deberá hacerse en el plazo de otro año más, salvo pacto en contrario. Corresponderán al perceptor de la cantidad las garantías legales establecidas para el legatario de cantidad (178).

(175) Ver nota al artículo 834.

(176) Véanse los artículos 80.2 y 85 del RH, sobre inscripción de bienes hereditarios a algunos hijos o descendientes con obligación de pagar en metálico su legítima.

(177) Confrontar artículos 782 a 805 de la LEC-2000.

(178) Véanse los artículos 880 y 884 del CC.

845.* La opción de que tratan los artículos anteriores no afectará a los legados de cosa específica (179).

846.* Tampoco afectará a las disposiciones particionales del testador señaladas en cosas determinadas (180).

847.* Para fijar la suma que haya de abonarse a los hijos o descendientes se atenderá al valor que tuvieren los bienes al tiempo de liquidarles la porción correspondiente, teniendo en cuenta los frutos o rentas hasta entonces producidas. Desde la liquidación, el crédito metálico devengará el interés legal.

SECCIÓN NOVENA De la desheredación

848. La desheredación sólo podrá tener lugar por alguna de las causas que expresamente señala la ley (181).

849. La desheredación sólo podrá hacerse en testamento, expresando en él la causa legal en que se funde.

850. La prueba de ser cierta la causa de la desheredación corresponderá a los herederos del testador si el desheredado la negare (182).

851. La desheredación hecha sin expresión de causa, o por causa cuya certeza, si fuere contradictoria, no se probare, o que no sea una de las señaladas en los cuatro siguientes artículos, anulará la institución de heredero en cuanto perjudique al desheredado; pero valdrán los legados, mejoras y demás disposiciones testamentarias en lo que no perjudiquen a dicha legítima (183).

852.* Son justas causas para la desheredación, en los términos que específicamente determinan los artículos 853, 854 y 855, las

(179) Véanse los artículos 882 y 884 del CC.

(180) Ver nota al artículo 843.

(181) A tal efecto, véanse los artículos 852 a 855 del CC.

(182) Sobre carga de la prueba, artículo 1.214 del CC.

(183) Véase el artículo 814 del CC.

28/33
780

igual grado, la mitad corresponderá a los ascendientes paternos y la otra mitad a los maternos.

941.* En cada línea la división se hará por cabezas.

942.* Lo dispuesto en esta Sección se entiende sin perjuicio de lo ordenado en los artículos 811 y 812, que es aplicable a la sucesión intestada y a la testamentaria.

SECCIÓN TERCERA

De la sucesión del cónyuge y de los colaterales

943.* A falta de las personas comprendidas en las dos Secciones que preceden, heredarán el cónyuge y los parientes colaterales por el orden que se establece en los artículos siguientes.

944.* En defecto de ascendientes y descendientes, y antes que los colaterales, sucederá en todos los bienes del difunto el cónyuge sobreviviente.

945.* No tendrá lugar el llamamiento a que se refiere el artículo anterior si el cónyuge estuviere separado judicialmente o de hecho.

946.* Los hermanos e hijos de hermanos suceden con preferencia a los demás colaterales.

947.* Si no existieren más que hermanos de doble vínculo, éstos heredarán por partes iguales.

948.* Si concurrieren hermanos con sobrinos, hijos de hermanos de doble vínculo, los primeros heredarán por cabezas y los segundos por estirpes (227).

949.* Si concurrieren hermanos de padre y madre con medio hermanos, aquéllos tomarán doble porción que éstos en la herencia.

950.* En el caso de no existir sino medio hermanos, unos por parte de padre y otros por la de la madre, heredarán todos por partes iguales, sin ninguna distinción de bienes.

(227) Confróntese artículo 927 del CC.

952.* (Sin contenido.)

953.* (Sin contenido.)

954.* No habiendo cónyuge superviviente, ni hermanos ni hijos de hermanos, sucederán en la herencia del difunto los demás parientes del mismo en línea colateral hasta el cuarto grado, más allá del cual no se extiende el derecho de heredar abintestato.

955.* La sucesión de estos colaterales se verificará sin distinción de líneas ni preferencia entre ellos por razón del doble vínculo.

SECCIÓN CUARTA

De la sucesión del Estado (228)

956.* A falta de personas que tengan derecho a heredar conforme a lo dispuesto en las precedentes Secciones, heredará el Estado, quien asignará una tercera parte de la herencia a Instituciones municipales del domicilio del difunto, de Beneficencia, Instrucción, Acción social o profesionales, sean de carácter público o privado; y otra tercera parte, a Instituciones provinciales de los mismos caracteres, de la provincia del finado, prefiriendo, tanto entre unas como entre otras, aquellas a las que el causante haya pertenecido por su profesión y haya consagrado su máxima actividad, aunque sean de carácter general. La otra tercera parte se destinará a la Caja de Amortización de la Deuda pública (229), salvo que, por la naturaleza de los bienes heredados, el Consejo de Ministros acuerde darles, total o parcialmente, otra aplicación.

(228) Véanse los artículos 15.º, 20 y 21 de la LPAP y 49.3 y 55 del RPE. Por otra parte, ténganse en cuenta el artículo 4 del Decreto 2926/1965, de 23 de septiembre (BOE núm. 294, de 18 de octubre), y el Decreto 2091/1971, de 13 de agosto (BOE núm. 225, de 20 de septiembre), el primero de ellos sobre herencias en favor del Estado de bienes sitos en el extranjero, y el segundo, sobre el régimen administrativo de la sucesión intestada en favor del Estado.

(229) Por Real Orden de 1 de abril de 1931 se dispuso que esta parte se ingresara definitivamente en el Tesoro, ya que esta misma norma suprimió la Caja de Amortización de la Deuda Pública.

30/33
DE
116

CAPÍTULO PRIMERO

Disposiciones generales

✓ 1.315.* El régimen económico del matrimonio será el que los cónyuges estipulen en capitulaciones matrimoniales, sin otras limitaciones que las establecidas en este Código (164).

✓ 1.316.* A falta de capitulaciones o cuando éstas sean ineficaces, el régimen será el de la sociedad de gananciales (165).

(163) En materia de Derecho Foral puede consultarse, como concordante, la siguiente normativa: Título IV del Libro I (Del régimen de bienes en el matrimonio y de la comunicación foral, arts. 93 a 111) de la Ley 3/1992, de 1 de julio, del Derecho Civil Foral del País Vasco; Título II (Los regímenes económicos matrimoniales, arts. 37 a 75) de la Ley 9/1998, de 15 de julio (BOE núm. 198, de 19 de agosto), del Código de Familia de Cataluña; Títulos IX y X (Leyes 82 a 111) de la Compilación del Derecho Civil Foral de Navarra; Títulos I del Libro I (arts. 3 a 5) y I del Libro III (arts. 66 a 68) de la Compilación del Derecho Civil de Baleares; Título VII (Del régimen económico familiar, arts. 112 a 116) de la Ley de Derecho Civil de Galicia, y Títulos II, III y IV (arts. 13 a 88) de la Ley 2/2003, de 12 de febrero, de las Cortes de Aragón, de Régimen Económico Matrimonial y Viudedad (BOE núm. 62, de 13 de marzo).

Por otra parte, la disposición transitoria 10.^a de la Ley 11/1981, de 13 de mayo, que modificó este Título, dispuso lo siguiente: «Mientras no se modifique la Ley de Enjuiciamiento Civil, se aplicarán las normas de la Jurisdicción voluntaria a las actuaciones que se sigan: 1.^a Para otorgar las autorizaciones judiciales previstas en la presente Ley. 2.^a Para resolver las controversias surgidas... en las relaciones personales y patrimoniales de los cónyuges cuando por su propia naturaleza exijan una resolución urgente. En el indicado procedimiento, los recursos se admitirán, en todo caso, en un solo efecto. Quedará siempre a salvo el ejercicio de las acciones correspondientes en la vía judicial ordinaria.»

A efectos de Derecho Internacional Privado, véase el artículo 9.3 del CC. Ténganse en cuenta, también, el artículo 266 del RRC y los artículos 90 a 96 del RH.

(164) El régimen jurídico aplicable a las capitulaciones matrimoniales se contiene en los artículos 1.325 a 1.335 del CC.

(165) Respecto a la sociedad de gananciales, artículos 1.344 a 1.410 del CC.

Realizada durante el matrimonio no perjudicará en ningún caso los derechos ya adquiridos por terceros (166).

1.318.* Los bienes de los cónyuges están sujetos al levantamiento de las cargas del matrimonio (167).

Cuando uno de los cónyuges incumpliera su deber de contribuir al levantamiento de estas cargas, el Juez, a instancia del otro, dictará las medidas cautelares que estime convenientes a fin de asegurar su cumplimiento y los anticipos necesarios o proveer a las necesidades futuras.

Cuando un cónyuge carezca de bienes propios suficientes, los gastos necesarios causados en litigios que sostenga contra el otro cónyuge sin mediar mala fe o temeridad, o contra tercero si redunda en provecho de la familia, serán a cargo del caudal común y, faltando éste, se sufragarán a costa de los bienes propios del otro cónyuge cuando la posición económica de éste impida al primero, por imperativo de la Ley de Enjuiciamiento Civil, la obtención del beneficio de justicia gratuita (168).

1.319.* Cualquiera de los cónyuges podrá realizar los actos encomendados a atender las necesidades ordinarias de la familia, encaminadas a su cuidado, conforme al uso del lugar y a las circunstancias de la misma.

De las deudas contraídas en el ejercicio de esta potestad responderán solidariamente los bienes comunes y los del cónyuge que contraiga la deuda y, subsidiariamente, los del otro cónyuge (169).

El que hubiere aportado caudales propios para satisfacción de tales necesidades tendrá derecho a ser reintegrado de conformidad con su régimen matrimonial.

1.320.* Para disponer de los derechos sobre la vivienda habitual y los muebles de uso ordinario de la familia, aunque tales

(166) Sobre modificación en capitulaciones del régimen económico del matrimonio, véanse los artículos 1.325, 1.331 y 1.332 del CC.

(167) Al respecto, artículo 1.438 del CC.

(168) Véase el artículo 103.3.^a del CC. Téngase en cuenta, además, la Ley 1/1996, de 10 de enero (BOE núm. 11, del día 12), de Asistencia Jurídica Gratuita, y específicamente sus artículos 3 (Requisitos básicos) y 4 (Exclusión por motivos económicos).

(169) Véanse los artículos 1.365.1.^a y 1.440, párrafo 2.^o, del CC y 6 a 12 del CCo.

31/33
2E

SECCIÓN PRIMERA Disposiciones generales

1.344.* Mediante la sociedad de gananciales se hacen comunes para los cónyuges las ganancias o beneficios obtenidos indistintamente por cualquiera de ellos, que les serán atribuidos por mitad al disolverse aquélla (192).

1.345.* La sociedad de gananciales empezará en el momento de la celebración del matrimonio o, posteriormente, al tiempo de pactarse en capitulaciones (193).

SECCIÓN SEGUNDA

De los bienes privativos y comunes

1.346.* Son privativos de cada uno de los cónyuges (194):

- 1.º Los bienes y derechos que le pertenecieran al comenzar la sociedad.
- 2.º Los que adquiriera después por título gratuito.
- 3.º Los adquiridos a costa o en sustitución de bienes privativos.
- 4.º Los adquiridos por derecho de retracto perteneciente a uno solo de los cónyuges (195).
- 5.º Los bienes y derechos patrimoniales inherentes a la persona y los no transmisibles inter vivos.
- 6.º El resarcimiento por daños inferidos a la persona de uno de los cónyuges o a sus bienes privativos.
- 7.º Las ropas y objetos de uso personal que no sean de extraordinario valor.

(191) Téngase en cuenta el artículo 1.435.2.º del CC.

(192) Véanse los artículos 1.316 y 1.404 y siguientes del CC.

(193) Confrontar artículo 1.362 del CC.

(194) Véanse los artículos 1.324 y 1.361 del CC, sobre prueba entre cónyuges del carácter privativo de ciertos bienes y presunción de ganancialidad. Además, artículos 1.348, 1.349, 1.352, 1.356, 1.357 y 1.362.3.º del CC. Por otra parte, y en cuanto a sujeción de bienes, frutos y ganancias de los cónyuges al levantamiento de las cargas del matrimonio, artículos 1.318 y 1.381 del CC. Finalmente, ténganse en cuenta los artículos 1.359, 1.364 y 1.373 del CC y 95 del RH.

(195) Véase el artículo 1.347.4.º del CC.

En el caso de un establecimiento o explotación de carácter común.

Los bienes mencionados en los apartados 4.º y 8.º no perderán su carácter de privativos por el hecho de que su adquisición se haya realizado con fondos comunes; pero, en este caso, la sociedad será acreedora del cónyuge propietario por el valor satisfecho.

1.347.* Son bienes gananciales (196):

- 1.º Los obtenidos por el trabajo o la industria de cualquiera de los cónyuges.
- 2.º Los frutos, rentas o intereses que produzcan tanto los bienes privativos como los gananciales.
- 3.º Los adquiridos a título oneroso a costa del caudal común, bien se haga la adquisición para la comunidad, bien para uno solo de los esposos (197).
- 4.º Los adquiridos por derecho de retracto de carácter ganancial, aun cuando lo fueran con fondos privativos, en cuyo caso la sociedad será deudora del cónyuge por el valor satisfecho.
- 5.º Las Empresas y establecimientos fundados durante la vigencia de la sociedad por uno cualquiera de los cónyuges a expensas de los bienes comunes. Si a la formación de la Empresa o establecimiento concurren capital privativo y capital común, se aplicará lo dispuesto en el artículo 1.354.

1.348.* Siempre que pertenezca privativamente a uno de los cónyuges una cantidad o crédito pagadero en cierto número de años, no serán gananciales las sumas que se cobren en los plazos vencidos durante el matrimonio, sino que se estimarán capital de uno u otro cónyuge, según a quien pertenezca el crédito.

1.349.* El derecho de usufructo o de pensión, perteneciente a uno de los cónyuges, formará parte de sus bienes propios; pero los frutos, pensiones o intereses devengados durante el matrimonio serán gananciales (198).

(196) Sobre prueba entre cónyuges del carácter privativo de ciertos bienes y presunción de ganancialidad, artículos 1.324 y 1.361 del CC. También, véanse los artículos 1.348 a 1.351 y 1.381 del CC.

(197) Véanse los artículos 1.355 del CC y 93.1 del RH.

(198) Confróntese el artículo 1.381 del CC.

32/33
DE
17

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

33/33
7E

Dr.(a) Jorge Estima
CÉDULA PROFISSIONAL: 4345L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Tradução e certificação de tradução de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

José Manuel Enriquez Pregal
BI n.º. 35548251-A

EXECUTADO A: 2007-09-03 17:34

REGISTADO A: 2007-09-03 17:43
COM O Nº: 4345L/108

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=3018184+340723>.